



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Com vista a elevar a qualidade do ensino, aperfeiçoar o ambiente escolar e reduzir os encargos dos encarregados de educação, nestes últimos anos, o Governo investiu imenso na educação, no entanto, não disponibilizou terrenos para apoiar as escolas que se debatem com falta de espaço na construção de instalações, algumas delas debatem-se com limitações de espaço e estão instaladas em pódios de edifícios de habitação pública, e até já mesmo alguns auto-silos foram transformados em salas de aula, o que só desfavorece a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. A taxa de natalidade voltou a crescer nos últimos anos, e algumas das escolas mais procuradas pelos encarregados de educação debatem-se com limitações de espaço e enfrentam dois problemas: se aumentarem as candidaturas, os problemas com o espaço vão piorar, e se as reduzirem, limitam o direito de escolha das escolas.

Segundo o Guia de Funcionamento das Escolas para o ano lectivo 2014/2015, divulgado pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), os indicadores da área de construção por aluno nos diferentes níveis de ensino são: 4 m<sup>2</sup> no ensino infantil, 5 m<sup>2</sup> no ensino primário, 5,5 m<sup>2</sup> no ensino secundário geral e 6,5 m<sup>2</sup> no ensino secundário. Depois de vários anos de esforços, os indicadores da área de construção por aluno registaram aumentos. Que se saiba, algumas escolas ainda não atingiram os indicadores mínimos, em algumas escolas primárias e secundárias essa área é de apenas 3,74 m<sup>2</sup>, muito inferior aos indicadores exigidos pelo Governo. A situação das



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

escolas que se debatem com falta de espaço ainda não foi resolvida, o que é bastante injusto para os seus alunos.

O Governo implementou a escolaridade gratuita e investiu na educação, com vista a reduzir os encargos dos encarregados de educação e a melhorar os *software* e *hardware* educativos, para que os alunos pudessem usufruir, equitativamente, desses recursos. A falta de espaço nas escolas não se resolve apenas através do investimento, e se o Governo não prestar especial atenção ao assunto, é impossível concretizar o princípio da igualdade no acesso à educação.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em 2007, a DSEJ incumbiu uma empresa da realização de um “Estudo sobre o ambiente e o espaço nas escolas”, com vista à apresentação de sugestões para melhorar o ambiente escolar. Já se passaram vários anos, então, a situação nas escolas melhorou? Quantas ainda não atingiram os referidos indicadores? As diferenças entre escolas, ao nível dos referidos indicadores, vão aumentar?
2. O Governo deve definir um projecto concreto para assegurar que os indicadores relativos ao ambiente e às instalações das diversas escolas, nomeadamente, os da área de construção por aluno nos diferentes níveis de ensino, possam, dentro do prazo estipulado, satisfazer os indicadores exigidos pela DSEJ. Vai fazê-lo?
3. “Promover a prosperidade de Macau através da educação” é um dos princípios orientadores para o desenvolvimento da nossa cidade. O Governo deve prestar especial atenção aos problemas de



(Tradução)

**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

desenvolvimento e aprendizagem dos alunos afectados pelas escolas que se debatem com limitações de espaço, e deve, nomeadamente, apoiar, quanto antes, as escolas que se debatem com falta de condições, na procura de terrenos para a construção de instalações. Nas reuniões com as Comissões do Planeamento Urbanístico e do Reordenamento dos Bairros Antigos, a DSEJ afirmou que ia lutar por mais terrenos para a construção de escolas, e que já tinha chegado a um consenso com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes quanto ao projecto de reordenamento urbanístico e à possibilidade da construção de uma “vila escolar”, em locais que ofereçam condições para tal, com vista à utilização racional dos recursos de solos. O Governo dispõe de algum plano em concreto para o efeito? A sociedade está a pedir a mudança do Canídamo para fora dos bairros comunitários, a fim de ser possível construir diversas instalações sociais e educativas. O Governo já efectuou algum estudo sobre isso?

**A Deputada à Assembleia Legislativa**

**Lei Cheng I**

10 de Abril de 2015